

AdP VALOR - SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

2024_08 ICP

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE DE LICENÇAS
DE SOFTWARE SAP PARA O GRUPO AdP**

CADERNO DE ENCARGOS

DEZEMBRO DE 2024

ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1 ^a Objeto	4
Cláusula 2 ^a Definições	4
Cláusula 3 ^a Elementos do contrato	5
Cláusula 4 ^a Prazo contratual	5
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	6
SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE	6
Cláusula 5 ^a Obrigações do Cocontratante	6
Cláusula 6 ^a Local da execução do contrato	7
Cláusula 7 ^a Autorização de utilização	7
Cláusula 8 ^a Serviços de manutenção e suporte	7
Cláusula 9 ^a Níveis de serviço de manutenção e suporte - SLA	8
Cláusula 10 ^a Direitos de propriedade intelectual e industrial	9
Cláusula 11 ^a Dever de sigilo	9
Cláusula 12 ^a Tratamento de dados pessoais	10
SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DA ADP VALOR	10
Cláusula 13 ^a Preço base e preço contratual	11
Cláusula 14 ^a Condições de pagamento	12
Cláusula 15 ^a Faturação eletrónica	13
SECÇÃO III ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO(S) CONTRATO(S)	14
Cláusula 16 ^a Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do(s) contrato(s)	14
Cláusula 17 ^a Responsabilidade das partes	14
CAPÍTULO III MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO	14
Cláusula 18 ^a Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante	14
Cláusula 19 ^a Responsabilidade civil	15
Cláusula 20 ^a Sanções contratuais	15
Cláusula 21 ^a Força maior	16
Cláusula 22 ^a Resolução do contrato por parte da AdP VALOR	17
Cláusula 23 ^a Resolução do contrato por parte do Cocontratante	18
Cláusula 24 ^a Execução da caução	18
Cláusula 25 ^a Seguros	19
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS	19
Cláusula 26 ^a Deveres de informação	19
Cláusula 27 ^a Comunicações	19
Cláusula 28 ^a Foro competente	20

Cláusula 29 ^a	Direito aplicável e natureza do contrato	20
Cláusula 30 ^a	Contagem dos prazos	20
ANEXO I LISTA DE EMPRESAS		21
ANEXO II IDENTIFICAÇÃO DO SOFTWARE SAP LICENCIADO		22

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1^a

Objeto

- 1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a Aquisição de Serviços de Manutenção e Suporte de Licenças de Software SAP para o Grupo AdP.
- 2- O(s) contrato(s) a celebrar abrangem todas as empresas do Grupo Águas de Portugal identificadas no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

Cláusula 2^a

Definições

Para efeitos de interpretação e aplicação do presente caderno de encargos, entende-se por:

- a) “*Código fonte*”: o conjunto de instruções informáticas redigidas de acordo com as regras de semântica de uma determinada linguagem de programação;
- b) “*Documentação*”: o conjunto de documentos facultados pelo **Cocontratante à AdP VALOR**, incluindo manuais, listagens de programas, fluxogramas, materiais de formação, diagramas, especificações funcionais, instruções, bem como cópias, totais ou parciais, dos documentos acima referidos;
- c) “*Empresas associadas*”: as empresas que conjuntamente com a **AdP VALOR**, estão sujeitas, direta ou indiretamente à influência dominante da sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., nos termos previstos no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, durante a vigência do contrato, designadamente as enumeradas no **ANEXO I** ao Caderno de Encargos, bem como todas as empresas constituídas no decurso do contrato, igualmente, sujeitas, direta ou indiretamente, à influência dominante da sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., nos termos previstos no citado artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- d) “*Entidade adjudicante*”: a sociedade AdP VALOR - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. (doravante **AdP VALOR**);
- e) “*Extensão*”: uma adição ao *software de database management* que não implica uma modificação;
- f) “*Modificação*”: uma modificação do *software de database management* que altera o código fonte;
- g) “*Níveis de correção*”: uma mudança do *software de database management*, ocorrida entre versões;

- h) “Release”: cada emissão do *software de database management*, identificada pelo número que se encontra à esquerda do ponto decimal (exemplo: 7.1);
- i) “Versão”: cada emissão de uma mesma *release* do *software de database management*, identificada pelo número que se encontra à direita do ponto decimal (exemplo: 7.1).

Cláusula 3ª

Elementos do contrato

1. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) concorrente(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos prestados sobre a proposta adjudicada prestados pelo **adjudicatário**.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela **AdP VALOR** nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo **Cocontratante** nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 4ª

Prazo contratual

Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do termo do Contrato, este é válido ao final do ano de 2025.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 5ª

Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do **Cocontratante** as seguintes:
 - a) Prestar os serviços de manutenção e suporte do software SAP identificado no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante;
 - b) Disponibilizar novas versões do *software* identificadas no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos, bem como disponibilizar o acesso a correções (*fix's* ou *patches*);
 - c) Disponibilizar todos os documentos que sejam necessários para boa e integral utilização ou funcionamento das novas versões do *software* SAP licenciado, instalado na **AdP VALOR** e devidamente discriminado no **ANEXO II** ao presente caderno de encargos;
 - d) Disponibilizar o acesso para todos os colaboradores do Grupo AdP, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos.
 - e) Comunicar à **AdP VALOR** os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, logo que tenha conhecimento;
 - f) Não alterar as condições de prestação de serviços fora dos casos previstos ou admitidos no presente Caderno de Encargos;
 - g) Prestar de forma correta, atempada e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como todos os esclarecimentos que se justifiquem ou que a **AdP VALOR** considere necessários;
 - h) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, consultores, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.
2. A título acessório, o **Cocontratante** fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução

das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6ª

Local da execução do contrato

A execução das prestações contratuais, quando implicar a realização de deslocações por parte do **Cocontratante**, será realizada na sede da **AdP VALOR**, sita na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, em Lisboa.

Cláusula 7ª

Autorização de utilização

- I. A disponibilização de novas versões e de pacotes de desenvolvimento licenciados do *software* SAP, que se encontra discriminado no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos, assim como a restante documentação municiada pelo **Cocontratante** no âmbito da prestação de serviços de manutenção e suporte encontra-se autorizada a ser utilizada pela **AdP VALOR**, bem como pelas *empresas associadas*, incluindo os seus trabalhadores e colaboradores.
2. A autorização de utilização prevista no número anterior não permite a divulgação, cópia ou reprodução não autorizada a terceiros.

Cláusula 8ª

Serviços de manutenção e suporte

- I. A prestação de serviços de manutenção e suporte engloba as seguintes tarefas:
 - a) Disponibilização de novas versões *software* SAP licenciadas, assim como ferramentas e procedimentos para upgrades;
 - b) Disponibilização de pacotes de desenvolvimento do *software* SAP licenciado, devidamente discriminado no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos;
 - c) Entrega de *releases*, níveis de correção e pacotes de correção (fix's ou patches) do *software* SAP, devidamente discriminado no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos;
 - d) Correção de erros, anomalias e incidentes das aplicações previstas nas alíneas anteriores;
 - e) Verificação da implementação das aplicações previstas nas alíneas anteriores, nomeadamente através da realização de ciclos de teste e monitorização da conformidade;

- f) Prestação de informações relativas ao modo de eliminar ou evitar erros das aplicações previstas nas alíneas a), b) e c), bem como do *software* SAP licenciado devidamente discriminado no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos;
 - g) Suporte telefónico para despiste e resolução de incidentes e apoio no esclarecimento de dúvidas, *workarounds* para ultrapassar eventuais problemas, escalonamento para níveis de resolução mais elevados ou Engenharia em situações mais complexas ou não previamente identificadas;
 - h) Suporte e atualização remota.
2. As comunicações realizadas pela **AdP VALOR** ou em sua representação e as respostas do **Cocontratante** para efeitos das alíneas d), f) e g) do número anterior são redigidas ou formuladas em língua portuguesa ou inglesa.
3. Para efeitos das alíneas f) e g) do n.º I, os contatos telefónicos com o **Cocontratante** são realizados exclusivamente pelos elementos designados pela **AdP VALOR**.
4. A prestação de serviços de manutenção e suporte não inclui a adaptação de quaisquer modificações ou extensões desenvolvidas pela ou para a **AdP VALOR** para novas *releases* ou versões do *software* SAP licenciado, devidamente discriminado no **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 9ª

Níveis de serviço de manutenção e suporte - SLA

- I. Os pedidos das correções previstas na alínea d) do n.º I da cláusula anterior devem ser respondidos dentro dos seguintes prazos:
- a) 1 (uma) hora, contada a partir da receção das mensagens de correio eletrónico enviadas por uma das empresas do grupo ou em sua representação, que sejam classificadas de prioridade muito elevada ("very high") e que respeitem a pedidos que visem a resolução de problemas com consequências muito graves, que impeçam a realização de tarefas críticas para a **AdP VALOR** ou para as *empresas associadas*, designadamente, por completa falha ou paragem do sistema, bem como por erros de funcionamento que afetem as principais funções;
 - b) 6 (seis) horas, contadas a partir da receção das mensagens de correio eletrónico enviadas pela **AdP VALOR** ou empresas associadas ou em sua representação, que sejam classificadas de prioridade elevada ("high") e que respeitem a pedidos que visem a resolução de problemas que impeçam a realização de tarefas para a **AdP VALOR**, ou pelas *empresas associadas* designadamente, em consequência da inoperabilidade ou incorreções de funções.

2. Os meios e condições do **Cocontratante** para receber pedidos formulados pela **AdP VALOR** ou em sua representação devem estar disponíveis 24 (*vinte e quatro*) horas por dia, 7 (*sete*) dias por semana.
3. As intervenções de manutenção e suporte devem ser realizadas em dias úteis, exceto em caso de indicação em contrário por parte do Gestor do Contrato indicado pela **AdP VALOR**.

Cláusula 10ª

Direitos de propriedade intelectual e industrial

1. O **Cocontratante** deve ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à utilização de *software* e demais soluções ou produtos por si utilizados na execução do contrato.
2. O **Cocontratante** obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior até à integral execução dos serviços contratados.
3. Correm integralmente por conta do **Cocontratante** os encargos ou as indemnizações devidas a título de responsabilidade civil decorrentes da utilização no âmbito do contrato dos direitos de propriedade industrial ou intelectual.
4. Caso a **AdP VALOR** ou qualquer uma das *empresas do Grupo AdP* às quais sejam disponibilizadas as licenças de *software* SAP seja demandada por infração de direitos referidos no número anterior, terão direito de regresso contra o **Cocontratante** por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.
5. Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros, decorrentes dos factos mencionados nos números anteriores não correm por conta do **Cocontratante** se este demonstrar que os mesmos são imputáveis à **AdP VALOR** ou qualquer uma das entidades a quem forem cedidos os direitos de utilização ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

Cláusula 11ª

Dever de sigilo

1. O **Cocontratante** obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **AdP VALOR**, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O **Cocontratante** obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.

3. O **Cocontratante** obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a **AdP VALOR** lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12ª

Tratamento de dados pessoais

1. As Partes declaram que têm conhecimento e cumprem o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, assim como outras leis europeias e nacionais que lhes sejam aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, na execução das respetivas atividades.
2. Para efeitos da execução do contrato e do cumprimento de eventuais obrigações jurídicas dele decorrentes, quando tal envolva o tratamento de dados pessoais, o Cocontratante será considerado Subcontratante da Contraente Pública.
3. A relação entre as Partes referente à subcontratação do tratamento dos dados pessoais, referida no n.º 2 da presente cláusula, será regulada pelo Acordo de Tratamento de Dados Pessoais a celebrar entre as Partes, na data da outorga do contrato, nos termos do artigo 28.º do RGPD, que o Cocontratante se obriga a assinar, sendo considerado, para todos os efeitos, anexo ao contrato celebrado e parte integrante do mesmo.
4. Sem prejuízo do disposto nos números antecedentes desta cláusula, a celebração e gestão do contrato, envolve o tratamento de dados pessoais respeitantes aos legais representantes e colaboradores das Partes ou dos seus agentes e subcontratados, por cada uma das Partes, bem como, poderá haver por cada uma das Partes, o tratamento dos dados pessoais para prossecução de finalidades próprias e individuais. Nestes casos, cada Parte atua como Responsável pelo Tratamento com base nas suas obrigações legais e interesses legítimos, na medida do que se mostrar estritamente necessário para os contactos e comunicações que sejam encetados e efetuados por cada uma das Partes durante a vigência do contrato ou para cumprimento de obrigações que sobre si impendam.
5. Nas atividades de tratamento de dados pessoais em que se assumam como Responsáveis pelo Tratamento, as Partes comprometem-se a:
 - a) Tratar os dados pessoais pelo tempo estritamente necessário com vista ao cumprimento da finalidade para a qual foram recolhidos, sem prejuízo dos prazos legais aplicáveis;

- b) Adotar as medidas técnicas, organizativas e de segurança para garantir o tratamento dos dados pessoais, de acordo com os requisitos previstos na legislação de proteção de dados, bem como, para evitar a ocorrência de violações de dados pessoais;
 - c) Prestar o devido direito de informação nos termos do artigo 13.º e 14.º do RGPD;
 - d) Garantir que o titular dos dados poderá, a qualquer momento e conforme aplicável, exercer os seus direitos de acesso, retificação, limitação e apagamento dos seus dados pessoais, o direito a retirar o seu consentimento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado, com base no consentimento previamente dado, o direito de oposição, bem como o direito à portabilidade dos dados.
6. Para estes efeitos, os titulares dos dados poderão utilizar os meios seguintes:
- [AdP VALOR]: dpo@adp.pt
 - [Cocontratante]: A indicar no contrato.
7. Em caso de violação de dados pessoais, a notificar sem demora injustificada, e sempre que possível, até 72 (setenta e duas) horas, à Autoridade de Controlo, a ocorrência da mesma quando se verifique que existe risco para os direitos e liberdades do titular dos dados e a comunicar também ao próprio titular dos dados, sem demora injustificada, quando se conclua que este risco é elevado.
8. As Partes poderão comunicar os dados pessoais dos titulares dos dados, com a finalidade do cumprimento de obrigações legais nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras.
9. As Partes poderão ainda, no âmbito dos tratamentos de dados que efetuem sob sua responsabilidade transmitir os dados pessoais dos titulares dos dados a entidades terceiras que em seu nome e por sua conta, estão obrigadas, por escrito, a executar medidas técnicas e de segurança adequadas que, em cada momento, satisfaçam os requisitos previstos na legislação em vigor e assegurem a defesa dos direitos do titular dos dados (nomeadamente, a proteção dos dados pessoais).

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ADP VALOR

Cláusula 13ª

Preço base e preço contratual

- I. Pela aquisição das licenças e serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a **AdP VALOR** deve pagar ao **Cocontratante** o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço base do procedimento corresponde ao valor de € 638.846,23 (*seiscentos e trinta e oito mil oitocentos e quarenta e seis euros e vinte e três centimos*).
3. À quantia mencionada no número anterior acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.
4. Pela prestação dos serviços objeto do contrato relativa à manutenção e suporte de licenças SAP, a **AdP VALOR** deve pagar anualmente ao **Cocontratante** o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
5. Os preços referidos na presente cláusula incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **AdP VALOR**.

Cláusula 14ª

Condições de pagamento

1. O pagamento do preço contratual é efetuado trimestralmente, em 4 (*quatro*) prestações, cada prestação no valor correspondente a 25% (*vinete e cinco por cento*) do preço anual.
2. As quantias devidas pela **AdP VALOR**, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias, as quais só devem ser emitidas após o vencimento da obrigação de pagamento de preço a que diga respeito.
3. Em caso de discordância por parte da **AdP VALOR** quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar, por escrito, ao **Cocontratante**, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela **AdP VALOR** não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do **Cocontratante**, devendo, no entanto, a **AdP VALOR** proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Quando emitidas nos termos da presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o IBAN indicado pelo **Cocontratante**.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao **Cocontratante** serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 15ª

Faturação eletrónica

1. As faturas a apresentar pelo **Cocontratante** à **AdP VALOR** devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida com a periodicidade prevista nas cláusulas anteriores;
 - b) Ser acompanhada da informação relativa aos serviços previstos no presente Caderno de Encargos prestados durante o período de faturação e aceites;
3. As faturas eletrónicas a emitir pelo **Cocontratante** deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
4. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> .
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab> .
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU .
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação resultante de facto não imputável à **AdP VALOR**, não acrescem quaisquer juros de mora.
6. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
7. No caso do **Cocontratante** ser uma micro, pequena ou média empresa a obrigação de emissão da faturação eletrónica produz efeitos após o decurso do período transitório a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 30 de agosto.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO(S) CONTRATO(S)

Cláusula 16ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do(s) contrato(s)

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela **AdP VALOR**, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo **Cocontratante**.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

Cláusula 17ª

Responsabilidade das partes

Cada uma das partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente Caderno de Encargos e da lei, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 18ª

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o **Cocontratante** pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução contratual, mediante autorização da **AdP VALOR**.

2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o **Cocontratante** deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A **AdP VALOR** deve pronunciar-se sobre a proposta do **Cocontratante** no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo **Cocontratante**, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a **AdP VALOR** pode determinar que o **Cocontratante** ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela **AdP VALOR**, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo **Cocontratante** depende de autorização da **AdP VALOR**, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19ª

Responsabilidade civil

Salvo nos casos de dolo e negligência grosseira, em caso de incumprimento contratual, a responsabilidade pelos danos causados tem como limite o valor máximo de 100% (*cem por cento*) do preço contratual.

Cláusula 20ª

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de qualquer uma das obrigações emergentes do contrato, a **AdP VALOR** pode exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais, determinadas em função da gravidade do incumprimento, designadamente nas seguintes situações:
 - a) Pelo incumprimento do prazo de pedido de correção, previstos na alínea a) do número I Cláusula 9.ª do presente Caderno de Encargos, pode ser aplicada uma sanção contratual no montante a definir, até ao limite de € 200,00 (*duzentos euros*) por cada dia de atraso;
 - b) Pelo incumprimento do prazo de pedido de correção, previstos na alínea b) do número I Cláusula 9.ª do presente Caderno de Encargos, pode ser aplicada uma sanção contratual no montante a definir, até ao limite de € 100,00 (*cem euros*) por cada dia de atraso.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a **AdP VALOR** deve ter em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do **Cocontratante**

e as consequências do incumprimento.

3. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinte por cento*) e a **AdP VALOR** decida não proceder à resolução do Contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
5. A **AdP VALOR** pode compensar o valor das sanções contratuais nos pagamentos devidos ao **Cocontratante**.
6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a **AdP VALOR** possa exigir uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 21^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos contratuais, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de

- outra forma resultantes do incumprimento pelo **Cocontratante** de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo **Cocontratante** de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do **Cocontratante** cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do **Cocontratante** não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo **Cocontratante** das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a **AdP VALOR** a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o **Cocontratante** direito a qualquer indemnização

Cláusula 22ª

Resolução do contrato por parte da AdP VALOR

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a **AdP VALOR** pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante** e não implica a repetição das prestações realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela **AdP VALOR**.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do **Cocontratante**, a **AdP VALOR** pode exigir-lhe uma sanção contratual até 20% (*vinte por cento*) do valor do contrato.
4. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da Cláusula 20.ª relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.

5. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a **AdP VALOR** exija uma indemnização pelos danos excedentes

Cláusula 23ª

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O **Cocontratante** pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24ª

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pela **AdP VALOR** sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo **Cocontratante** das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela **AdP VALOR** não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o **Cocontratante** na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a notificação da **AdP VALOR** para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 30 (*trinta*) dias após cumprimento de todas as obrigações pelo **Cocontratante**.

Cláusula 25ª

Seguros

1. É da responsabilidade do **Cocontratante** a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar, designadamente:
 - a) Acidente de Trabalho;
 - b) Responsabilidade civil profissional.
2. A **AdP VALOR** pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o **Cocontratante** prestá-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 26ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 27ª

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a **AdP VALOR** e o **Cocontratante** relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.
4. As comunicações previstas na Cláusula 9.^a do presente Caderno de Encargos podem ser realizadas pelo Gestor do Contrato designado pela **AdP VALOR** ou por elementos da equipa de *help desk* da Direção de Sistemas de Informação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

Cláusula 28^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 29^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 30^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

LISTA DE EMPRESAS

ENTIDADES ADJUDICANTES	NIF	SEDE
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	503093742	Rua Visconde de Seabra, 3 1700-421 Lisboa
AdP VALOR - Serviços Ambientais, S.A.	505296950	Rua Visconde de Seabra, 3 1700-421 Lisboa
AdP Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.	505306182	Rua Visconde de Seabra, 3 1700-421 Lisboa
AdP Energias - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A.	505253267	Rua Visconde de Seabra, 3 1700-421 Lisboa
Águas do Norte, S.A.	513606084	Rua Dom Pedro de Castro, 1 A 5000-669 Vila Real
Águas do Douro e Paiva, S.A.	514310774	Rua de Vilar, n.º 235, 5.º 4050-626 Porto
SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S.A.	514310103	Rua Alto dos Chaquedas, n.º 805 4400-356 Vila Nova de Gaia
Águas da Região de Aveiro, S.A.	509107630	Travessa Rua da Paz, n.º 4 3800-587 Cacia
Águas do Centro Litoral, S.A.	513606181	Avenida Doutor Luís Albuquerque, ETA de Boavista 3800-587 Cacia
EPAL - Emp. Port. Águas Livres, S.A.	500906840	Avenida da Liberdade n.º 24 1250-144 Lisboa
Águas do Vale do Tejo, S.A.	513606130	Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, n.º 21, r/ch 6300-693 Guarda
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	514387130	ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta 1300-254 Lisboa
SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A.	514385901	ETAR da Quinta do Conde 2975-403 Quinta do Conde
Águas Públicas do Alentejo, S.A.	509133843	Rua Dr. Aresta Branco n.º 51 7800-310 Beja
Águas de Santo André, S.A.	505600005	Cerca da Água, Rua dos Cravos 7500-130 Vila Nova de Santo André
Águas do Algarve, S.A.	505176300	Rua do Repouso, n.º 10 8000-302 Faro
Águas do Alto Minho, S. A.	515486159	Rua São Bartolomeu dos Mártires, 156

ANEXO II
IDENTIFICAÇÃO DO SOFTWARE SAP LICENCIADO

Produto	Tipo	Quantidade
SAP Business Suite Professional (categoria II)	User	789
SAP Worker User	User	1085
SAP Payroll Processing (cada pacote tem 500)	Master Record	9
SAP Project	User	252
SAP Manager Self_service	User	170
SAP Employee Self-Service	User	872
SAP BusinessObjects BI Suite (user)	Users	21
SAP HANA	-	1
SAP HANA Runtime Edition for Application e SAP BW	-	1
New/Subsequente	-	
SAP Interactive Forms by Adobe	-	20